

Câmeras de vigilância e cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA

André Lemos
Camila Queiroz
Egideílson Santana
Frederico Fagundes
Gabriela Baleeiro

Vigilância e sociedade contemporânea

A sociedade contemporânea pós 11 de setembro alia, ao mesmo tempo, formas de vigilância disciplinar, panóptica (Foucault) e formas de controle, digitais, em movimento, típico das sociedades de controle (Deleuze). Câmeras de vigilância, rastreamento de dados na internet, formação de perfis digitais com mineração de dados em redes sociais como Facebook, Orkut, rastros com uso de cartões de crédito ou com as novas ferramentas sociais de geolocalização como Twitter, Gowalla, Foursquare estão em expansão. As formas de controle, monitoramento e vigilância estão por toda a parte e passam a integrar o *modo operandi* da sociedade da informação neste começo de século XXI. O singelo “Sorria, você está sendo filmado” deve ser levado a sério. A sociedade contemporânea expandiu, como nenhuma outra, as formas de controle, monitoramento e vigilância, tanto de maneira forçada (como as câmeras de vigilância) como de forma espontânea (como os perfis e informações construídos e fornecidos pelos internautas nas mais diversas redes sociais).

Ao mesmo tempo em que temos um maior acesso à informação e podemos nos conectar a pessoas em quaisquer lugares do planeta, nunca fomos tão vigiados, filmados, catalogados e registrados como hoje. Câmeras de segurança, cartões de crédito, senhas, sensores, etiquetas de rádio frequência, serviços baseados em localização (LBS e LBT) são mecanismos presentes na vida das cidades contemporâneas e colaboram para a interpenetração dos espaços, para o controle e ameaça à

privacidade e ao anonimato nas sociedades contemporâneas. Devemos reconhecer esta nova conjuntura.

Em *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, Gilles Deleuze (1990) diferencia a sociedade disciplinar (Foucault, 1979) da sociedade de controle. Foucault chamava de sociedade disciplinar aquele período na história compreendido entre o século XVIII até a Segunda Guerra Mundial. Essa sociedade era caracterizada por uma repartição dos espaços em meios fechados; trabalho, escolas, religiões, instituições, etc., em que o controle social era mais nítido, podendo ser aplicado às diversas formações sociais. No caso da sociedade de controle, a principal característica está na “interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede)” (Costa, 2004). Deleuze afirma que na sociedade de controle, além da assinatura que indica quem é o indivíduo, há o número, ou o conjunto de códigos (senhas, cartões, sensores, etc.) que o caracterizam no meio de uma massa. Ou seja, para Deleuze, “o essencial não seria mais a assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha (...) a linguagem digital do controle é feita de cifras, que marcam um acesso ou uma recusa à informação” (Deleuze, 1990).

Vigilância e câmeras

Entre panóptico e controle é que podemos compreender a expansão das câmeras de vigilância no Brasil e no mundo. O argumento básico para os favoráveis às câmeras de vigilância é o de que vivemos, segundo Rosello (2008), em uma cultura do medo, da insegurança, onde ser vigiado e monitorado é uma necessidade.

Para Rosello (2008), as câmeras de vigilância, além de integrarem o discurso a favor da segurança, corroboram com esta mesma cultura da insegurança, a partir do momento em que o cidadão acredita que “há razões para ter medo” e que as câmeras estão ali para inibir o crime e o medo. Analisando as atuais e onipresentes câmeras de vigilância no espaço público, Rosello mostra que elas fazem parte do discurso sobre a segurança e, ao mesmo tempo, criam uma cultura da insegurança. Não há como escapar, e mesmo sistemas de desvio e apropriações desses dispositivos (por artistas e/ou ativistas) estão enquadrados nas mesmas lógicas e dinâmicas culturais das câmeras de vigilância. Há, então, por um lado, o sujeito que quer reagir às câmeras na luta pelo direito à privacidade e à liberdade individual e, por outro, a segurança social e o controle visível do movimento do outro, sempre ameaçador. No Brasil, por exemplo, a adoção desses aparelhos tem sido crescente e o discurso da segurança pela vigilância está presente em todos os setores (polícia, academia, mídia). O crescimento da adoção de câmeras de vigilância é gigantesco.

Rosello propõe que olhemos para a materialidade do objeto, a câmera e sua relação com o espaço, a fenomenologia do dispositivo. Baseando-se em pesquisas sobre as CCTV (*Closed-circuit television*), a autora mostra que elas apresentam dados em que os usuários demonstram que a simples instalação de uma câmera cria medo,

vulnerabilidade e insegurança, independente da resolução do problema da criminalidade. A câmera estimula, por um lado, uma reação positiva, produzindo a ideia de que há um problema de segurança no lugar e que ela vai resolver. Por outro, ela cria uma sensação de medo e de insegurança temporal, no passado, no presente e no futuro. Em relação ao presente, porque a simples introdução do dispositivo traz a ideia de que “algo acontece aqui”; em relação ao passado, pois “algo poderia ter acontecido”; e em relação ao futuro, pois “algo pode acontecer”. A materialidade do dispositivo altera a relação com o espaço/lugar, produzindo um sentimento de insegurança. E pouco importa se essa insegurança será ou não resolvida. Esta é, para a professora da Universidade de Amsterdã, a essência do que ela chama de “sujeito inseguro” moderno. As câmeras devem ser vistas como algo que incomoda e instaura relações de incivilidade, violando o respeito ao outro. Pode-se, então, diagnosticar o princípio de sua violência, já que elas instituem olhares intrusivos e a produção de uma sensação de medo proveniente da observação e da vigilância permanentes¹.

Câmeras de vigilância no Brasil

No Brasil, nota-se uma multiplicação da instalação de câmeras de vigilância em espaços públicos nos últimos anos. Dados da ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos) mostram que o total de um milhão de câmeras de vigilância estão espalhadas pelo país – 80% no Estado de São Paulo. A taxa de crescimento da adoção de câmeras de segurança por IP (*Internet Protocol*) é de 40% ao ano. Geralmente acompanhada de um discurso de aumento da segurança e possibilidade de inibir o crime, essas câmeras vêm sendo instaladas em cidades brasileiras, como São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador. As autoras Bruno (2009) e Kanashiro (2008) trazem discussões e dados importantes sobre este tema no país.

Segundo Kanashiro (2008), a instalação de câmeras em espaços públicos no Brasil começou há 27 anos e tem se consolidado ao longo dos anos. A autora examina leis e propostas de leis relacionadas ao tema, dividindo em três períodos: de 1982 a 1995 – no qual as câmeras aparecem como uma sugestão para diminuir o sentimento de insegurança e o aumento da violência e do crime, dada a ineficiência do Estado em prover segurança pública, priorizando a instalação de sistema de segurança em bancos; de 1995 a 2003 – que propõe câmeras como obrigação, (seguindo a mesma justificativa do período anterior) ampliando a sua instalação para lugares de circulação pública, como hospitais, escolas, estádios de futebol e *shopping centers* e, por fim, de 2003 a 2005, em que as câmeras aparecem como elemento de sobrevivência e importantes para o comércio internacional, datando também seu desenvolvimento em tecnologias eletrônicas e o crescimento da segurança privada ou da sua terceirização por parte do Estado.

Reconhecendo que a vigilância no Brasil teve início nos anos 1980, Bruno (2009) defende sua intensificação nos anos 1990 e sua configuração como sinônimo de segurança a partir de 2003, passando a existir não mais apenas em setores privados ou semipúblicos, como também nos espaços públicos. Em comparação com Londres e Nova Iorque, por exemplo, a vigilância em espaços públicos, em números absolutos, é considerada baixa pela autora. Entretanto, Bruno (2009) nota um crescimento expressivo e intensificado nos últimos três anos. “[N]a cidade do Rio de Janeiro; em 2008 essas câmeras somam 220, com previsão de se chegar a 720 até o fim do ano” (Bruno, 2009: 142). De acordo com dados do Governo da Bahia, Feira de Santana, Jequié e Conceição do Coité já possuem câmeras de vigilância instaladas e em 2009 foi iniciado um projeto de instalação em Alagoinhas².

Bruno (2009) aponta também um investimento público em verbas destinadas a combater a criminalidade através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado em 2007 pelo Ministério da Justiça e afirma que parte tem sido utilizada em diversos estados para a instalação de câmeras de vigilância. Salvador, por exemplo, recebeu R\$ 981 mil do programa e parte da verba foi destinada para um projeto de videomonitoramento, com 25 câmeras³. O monitoramento geralmente é feito por setores da segurança pública ou, em alguns casos, o serviço é terceirizado. Além disso, há uma “progressiva conversão do modelo de circuito fechado de televisão com utilização de cabos (...) para o modelo de vídeo-vigilância digital e sem fio, que se propõe mais apropriado ao monitoramento da mobilidade urbana” (Bruno, 2009: 145).

Por fim, de acordo com Bruno (2009), há uma tendência a associar a vigilância com uma garantia de mobilidade segura no Brasil. Ela demonstra que há uma retórica forte presente em matérias jornalísticas sobre o tema: a maioria aponta a segurança como principal justificativa para a instalação das câmeras em espaços públicos, sendo poucas as quais defendem sua ineficácia na efetiva redução dos crimes.

A vigilância em áreas públicas no Brasil, segundo a nossa pesquisa, carece de estudos, seja sobre sua eficácia, ou sobre como as pessoas lidam com esses dispositivos. Registra-se, na literatura, estudos como o de Trevisan, Firmino e Moura Jr. (2009), de aproximação etnográfica, que aborda a operação do sistema de câmeras instalado no centro de Curitiba, e o de Bruno (2009), que pesquisa a retórica sobre as câmeras presente no discurso jornalístico.

Câmeras de vigilância no *campus* da UFBA

Oferecendo cerca de 80 cursos de graduação e 70 pós-graduações, a Universidade Federal da Bahia tem sua estrutura física distribuída entre diversas cidades da Bahia, mas concentra cerca de 30 unidades universitárias na cidade de Salvador, espalhadas por seis bairros: Canela, Ondina, Federação, Piedade, Graça e Pelourinho. Com a crescente violência no *campus*, a Universidade vem tomando medidas para

diminuir as ocorrências. Para assegurar o patrimônio e a segurança da comunidade acadêmica, segundo informações do cel. José Soares Lima, assessor da Coordenação de Segurança da Universidade, além da presença de 350 seguranças em turnos alternados, foram licitadas 400 câmeras de vigilância, sob manutenção da empresa de segurança Selba, terceirizada, em 2009, para exercer uma segurança preventiva: “A presença da câmera permite fazer uma segurança preventiva. A vigilância eletrônica entra como ação complementar, suplementando o processo de vigilância”, segundo o coronel.

As câmeras pertencem à Selba e a UFBA paga pela instalação e manutenção do sistema de controle e das imagens, que, inicialmente, são armazenadas por 48 horas, mas a previsão é de que, em breve, fiquem guardadas por cerca de 60 dias. As câmeras são monitoradas em uma central (painel eletrônico em que funcionários monitoram as câmeras espalhadas no *campus*): “se durante o monitoramento, o monitor ver (sic) algum crime acontecendo, ele entra em contato com a vigilância por rádio, telefone (ramal)”, afirma o coronel.

Diante da implantação de um sistema de câmeras com uma central de controle, diferente do que ocorria antes, quando a opção por câmeras restringia-se às unidades e era em menor escala, decidiu-se por um estudo das implicações desses aparelhos para as pessoas, tanto com alunos, funcionários, professores e diretores das unidades da universidade. Inicialmente, fez-se um mapeamento⁴ dos locais em que há câmeras ativas e em fase de implantação.

Constatou-se que há 220 câmeras em operação em toda a UFBA, e mais 47 instaladas ainda a serem implantadas (setembro de 2010). Embora o sistema ainda esteja em fase de instalação, o objetivo desta pesquisa é compreender a relação do público universitário em relação às câmeras de vigilância e testar as hipóteses do “sujeito inseguro”. É sintomático que a tese da segurança pelas câmeras tenha sido um *a priori* da administração, já que a instalação das mesmas não passou por nenhuma consulta ampla ao público universitário afetado (alunos, funcionários e professores). Nota-se que o assunto pode ter sido debatido em uma ou outra unidade, por iniciativa do diretor da unidade, mas essa prática foi minoritária. Vemos aqui já o pressuposto de que as câmeras aumentam a segurança e valem o investimento. Nenhum estudo foi apresentado que comprovasse esta hipótese. Temos aqui mais uma característica relevante no uso desses dispositivos: a onipotência do dispositivo, a fé na solução tecnológica e a neutralidade do artefato. A decisão pelas câmeras não passou por consulta popular e parece sustentar-se no frequente discurso midiático de reforço de segurança através desses aparelhos.

Segundo informações fornecidas pelo cel. Soares, houve redução no número de ocorrências comunicadas à Coordenação de Segurança da Universidade. Enquanto em 2002 foram registradas mais de 30 ocorrências anuais, com a implantação das câmeras, a partir de 2003, o número reduziu (segundo o coronel), mas nenhum dado foi oferecido com precisão sobre essa redução (trata-se de informações que não estão agrupadas e, muitas vezes, sua divulgação é tratada como questão de segurança).

Para a pesquisa, foi desenvolvido um questionário, aplicado entre os meses de abril e junho de 2010 por uma equipe de pesquisadores do GPC/PPGCCC/Facom/UFBA⁵ nas unidades do *campus* de Ondina, a fim de restringir a análise, permitindo que se cobrissem todas as unidades deste *campus*, onde está concentrado o maior número de unidades. O questionário também esteve disponível para resposta *on-line*, através do *Google Docs*, e foi divulgado por meio de redes sociais e blogs, visando atingir o maior número possível da comunidade acadêmica, além de permitir um acompanhamento detalhado de quantos responderam, qual percentual de cada unidade, e de preparar gráficos informando os percentuais das respostas. Houve uma resposta bastante satisfatória: 575 alunos, 117 professores e 74 funcionários responderam ao questionário, de todas as unidades do *campus*.

Da análise dos dados, podemos constatar que, embora a maioria (90%) da comunidade acadêmica afirme ser necessária a presença de câmeras de vigilância e se sinta à vontade com elas (83%), estas não são suficientes para conferir plena segurança às pessoas ou para reduzir a criminalidade. A partir disso, podemos considerar que a comunidade está dividida sobre a sensação de aumento de segurança pós-câmeras (54% afirmam que a instalação das câmeras não contribuiu efetivamente para isso), ou se elas irão reduzir a criminalidade no *campus* (52% afirmam que não). Os dados mostram a opinião paradoxal existente entre parte dos entrevistados: apesar de se declararem a favor das câmeras, não há certeza se elas produzirão o resultado esperado. Entretanto, como é verificável com a proximidade dos percentuais – 54% e 52% – não são maioria definitiva, o que revela uma divisão de opiniões sobre o tema. Esta divisão remete para um questionamento sobre a efetividade das câmeras de vigilância: garantir segurança e evitar crimes. A comunidade da UFBA mostra-se cética em relação a isso, mesmo considerando que as câmeras são necessárias. É importante também ressaltar que o sentimento de insegurança é majoritário: 69% dos entrevistados não se sentem seguros no *campus*.

A maioria (65%) tem conhecimento da instalação de câmeras no *campus*, e um percentual ainda maior (68%) sabe que há câmeras na unidade em que foram entrevistadas. Entretanto, 56% afirmam não saber onde as câmeras estão. As perguntas “Você sente que as câmeras invadem sua privacidade?” e “Você se sente vigiado?” obtiveram respostas semelhantes: 82 e 81%, respectivamente, responderam negativamente. Isto indica que as pessoas não se importam em serem filmadas e acreditam nas garantias de que as imagens servirão apenas para casos de violação da lei, violência, etc. – o que é demonstrado pelo fato de que a maioria (89%) desconhece o que é feito com as imagens e, ainda assim, sente-se à vontade com isto. Em certa medida, isso corrobora a ideia, já presente em Bruno (2009) e Vaz et al. (2006) de que as pessoas consideram-se vítimas em potencial, ou vítimas virtuais (Vaz et al., 2006) e que pouco importa se estão ou não sendo filmadas. Essa sensação remete para dois pontos merecedores de destaque:

1. A naturalização dos regimes de vigilância contemporâneos, onde câmeras, registros e mineração de dados já fazem parte do dia a dia. As pessoas não se preocupam ou não sabem das consequências dessas coletas.

2. A divisão social no Brasil, onde, em um *campus* universitário, a vigilância é sempre para o outro e nunca para si mesmo. A vigilância aqui recai, portanto, sobre uma fatia da população para quem a câmera é sinônimo de exclusão – os mais vulneráveis da pirâmide social. O dispositivo, assim, monitora tudo e ao mesmo tempo ninguém em especial – ou seja, um grupo virtual, adequando-se ao modelo panóptico de vigilância.

Com os diretores das unidades, aplicamos um questionário diferenciado, buscando respostas a questões como: Houve consulta à congregação para a implantação de câmeras?; Que razões motivaram a instalação das mesmas?; foi gerado algum desconforto após isto?; O número de ocorrências diminuiu?; Há dados que comprovem uma diminuição no número de crimes? Dos 10 diretores contatados – das unidades de Arquitetura, Biologia, Dança, Comunicação, Farmácia, Física, Letras, Politécnica, Química e Veterinária – 5 (50%) afirmaram ter havido consulta à congregação para a instalação de câmeras, 4 (40%) responderam negativamente, e 1 (10%) disse não saber. Questionados sobre o suposto desconforto que a presença de câmeras geraria no ambiente acadêmico, a maioria (90%) respondeu que não acredita que seja causado tal sentimento. Todos os diretores entrevistados afirmaram nunca ter recebido queixas de professores, funcionários ou alunos sobre as câmeras. Essa sensação remete mais uma vez para os dois pontos ressaltados acima e também para certa fé tecnocrática de que a neutralidade técnica não causaria nenhum problema no *campus* após a adoção das câmeras. Ainda sobre a efetividade das câmeras, 50% dos diretores opinam que houve redução no número de ocorrências, 20% discordam e 30% disseram não saber, embora todos afirmem que não há dados que comprovem isto.

Devemos ressaltar que os dados são muito precários – o trabalho de gestão da informação é feito de forma descontinuada e não há estatísticas confiáveis que permitam afirmar que houve ou não diminuição da criminalidade. Quanto ao número de ocorrências, há um sentimento predominante por parte dos diretores de que houve redução, embora eles desconheçam dados sobre o assunto – assim como não foi possível precisar esta informação junto ao Conselho de Segurança da Universidade. Trata-se aqui, mais uma vez, de fé nas câmeras, de crença na neutralidade e efetividade do dispositivo técnico e não de opiniões tiradas de fatos concretos ou estudos prévios.

A pesquisa mostra que houve pouca discussão sobre a implantação de câmeras, já que 4 dos 10 diretores entrevistados afirmaram que não houve consulta à congregação. As opiniões quanto ao desconforto coincidem com a dos demais pesquisados, relatada anteriormente, relacionada a sentir-se à vontade com as câmeras, não sentir-se vigiado, nem com a privacidade invadida, o que reafirma a ideia de que as pessoas não se incomodam com o fato de serem filmadas. A falta de queixas sobre o assunto também corrobora essa ideia. Sobre as razões que motivaram a implantação das câmeras, a maioria, como se previa, respondeu tendo por base a real insegurança do

campus: constantes furtos, dificuldade de controlar as entradas e saídas, preservação da integridade de pessoas e do patrimônio:

É impossível dispor de seguranças ao mesmo tempo em todas as possibilidades de conexão. Assim, como medida administrativa, optou-se pelo uso das Câmeras de Segurança (diretor da Faculdade A).⁶

Insegurança, preservar materiais caros, casos de roubo (perda de equipamento), identificar pessoas, violência geral na cidade. Integridade de pessoas e patrimônio. Só de ter câmera, já inibe (diretor da Faculdade B).

Há, entretanto, opiniões discordantes, como a do diretor da Faculdade C, que afirma: “tivemos furtos antes e depois das câmeras”. Também o diretor da Faculdade D tem posição semelhante, ancorada em depoimento:

Foi roubado um *laptop* de um dos nossos docentes que se encontrava na bancada de um dos nossos laboratórios. Como sabíamos mais ou menos o horário em que poderia ter acontecido, solicitamos as imagens ao setor de segurança, no que fomos prontamente atendidos. Nas imagens aparece todo o trajeto que a pessoa fez – entrou no Instituto, foi até o primeiro andar, furtou o equipamento e saiu pelo mesmo caminho. Pergunta: E daí? Ficamos impotentes em interceptar a pessoa que estava praticando o furto.

Por outro lado, também foram relatados casos em que a presença de câmeras foi fundamental para a identificação de crimes e autores de crimes. O diretor da Faculdade B, por exemplo, afirma que a câmera já ajudou a reconhecer o autor do delito em um caso de roubo de celular. Já o diretor da Faculdade E declarou que “atualmente não tem tido mais roubos de equipamentos na unidade”, o que não significa, necessariamente, fim de crimes contra pessoas. Por outro lado, a constatação do diretor não deixa de atestar a eficácia do uso das câmeras de vigilância enquanto ferramenta de inibição e identificação de crimes contra o patrimônio.

Conclusão

A aplicação do questionário foi importante no sentido em que se conseguiu detectar, de forma inicial, o sentimento da comunidade acadêmica em relação às câmeras, podendo-se depreender importantes conclusões⁷.

A primeira delas é de que, realmente, a retórica de segurança das câmeras é tão forte que os questionamentos quanto a sua eficácia se tornam secundários. Considerando a Universidade Federal da Bahia como um exemplo da sociedade civil, pode-se afirmar que a reflexão e a discussão sobre a implantação desses dis-

positivos são bastante reduzidas. Levando-se em conta que as câmeras tinham sido instaladas há mais de um ano e que na época da pesquisa havia uma porcentagem de 35% que não sabia da existência dos dispositivos no *campus*, e de 32% que não sabia da existência das câmeras em sua unidade, pode-se inferir que não havia, na comunidade da UFBA, grandes questionamentos sobre o monitoramento de seus espaços e membros.

Pensando nas respostas por categoria de entrevistados, podem ser inferidas algumas conclusões a partir dos dados dos questionários e dos depoimentos dos entrevistados. Percebem-se graus diferentes de conhecimento em relação às câmeras. Os funcionários foram os que mais demonstraram saber, em geral, sobre as câmeras e suas funções na Universidade, ao contrário dos alunos, que atestaram pouco conhecimento sobre a posição das mesmas no *campus* e/ou em suas unidades. Muitos funcionários não quiseram dar depoimentos por medo de represália. Isso provavelmente decorre das atividades e do acesso a informações características do trabalho de certos funcionários. Porteiros, seguranças, vigilantes e funcionários responsáveis pela limpeza são mais propensos ao conhecimento das câmeras de vigilância instaladas em suas unidades de trabalho.

No que tange o sentimento de segurança entre a comunidade universitária, pode-se afirmar que este não é completamente assegurado pela implantação das câmeras de vigilância. A opinião majoritária no que diz respeito à segurança na Universidade (69% declarou sentir-se inseguro no *campus*) revela que a câmera de vigilância, enquanto dispositivo de segurança, não é suficiente para contemplar esta demanda de maneira integral. Podemos dizer que:

1. A “cultura da insegurança” (Rosello, 2008) é um fato e o sentimento de insegurança no *campus* é grande.
2. As câmeras são vistas como artefatos neutros e que deveriam, pela sua dimensão técnica, ser adotados. Esses dados são baseados na fé e na crença das pessoas e não em estudos ou dados relevantes sobre a questão.
3. A comunidade da UFBA pensa, ao mesmo tempo, que a simples adoção das câmeras não vai inibir a violência.
4. As pessoas não se incomodam em serem filmadas, o que revela a naturalização dos dispositivos na sociedade contemporânea e a divisão de classes em que o objeto de vigilância é sempre para o outro (colocá-las em um bairro nobre, por exemplo, é visto pelos moradores como inibidor de violência, mas, ao colocá-las em uma favela, os moradores sentem que estão sendo vigiados).

O objetivo da pesquisa foi satisfeito: oferecer um primeiro panorama sobre a relação da comunidade universitária com as câmeras de vigilância e produzir uma reflexão sobre a implantação das mesmas na UFBA. O debate estabeleceu-se e deve continuar no futuro, com o monitoramento dos dados sobre o real impacto

dessas câmeras. Esta pesquisa (pioneira e inédita) é o início de uma discussão sobre a percepção das câmeras de vigilância pela comunidade da Universidade Federal da Bahia. Esperamos que as discussões aqui iniciadas sirvam como uma força motriz para futuras reflexões, discussões, análises, pesquisas e medidas em relação à questão da segurança na Universidade.

André Lemos
Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Camila Queiroz
Egideílson Santana
Frederico Fagundes
Gabriela Baleeiro
Pesquisadores do GPC/PPGCCC/Facom-UFBA

Notas

1. Parte desses parágrafos foram adaptados de outro texto. Ver Lemos, 2010.
2. Dados disponíveis em <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2009/04/03/cameras-eletronicas-vaio-monitorar-o-centro-e-a-periferia-de-alagoinhas>
3. Dados disponíveis em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ0FE4DE4EITEMID8B2F022CFAD24CC6A1791D19CD86B6D8PTBRNN.htm>
4. Disponível em <<http://maps.google.com.br/maps/ms?ie=UTF8&hl=pt-BR&oe=UTF8&msa=0&msid=113808895297120513311.000483034a3657dc5097d>>.
5. Camila Queiroz, Egideílson Santana, Frederico Soares, Gabriela Baleeiro, Guilherme Lopes, Leonardo Pastor e Nelson Oliveira.
6. O anonimato dos diretores entrevistados foi mantido, como acordado previamente, em todas as entrevistas. Intitulou-se todos os Institutos, Faculdades e Escolas da UFBA como “Faculdade X”, onde X corresponde a uma letra do alfabeto, definida pela ordem em que as citações dos diretores aparecem neste artigo.
7. É importante destacar também a possibilidade de haver distorções nesses dados. Muitas pessoas se recusaram a responder o questionário, seja por pressa ou por medo de represália, no caso de funcionários e professores. A entrevista com os diretores também foi de difícil realização, devido à frequente indisponibilidade dos mesmos. Além disso, deve-se reconhecer que não há como garantir que apenas o público a que o questionário se destinava respondeu à pesquisa *on-line*, pela impossibilidade de controlar os acessos.

Referências bibliográficas

- BRUNO, F. Vídeo-vigilância e mobilidade no Brasil. In: JOSGRILBERG, F. e LEMOS, A. *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- COSTA, Rogério da. *Sociedade de controle*. São Paulo: Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 1, Mar. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jun. 2010.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: Deleuze, G. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226. Disponível em: <<http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/controle.pdf>>, Acesso em: 25 de julho de 2010.

KANASHIRO, M. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. In: *Surveillance & Society*, v. 5, 2008. Disponível em <[http://www.surveillance-and-society.org/articles5\(3\)/brazil.pdf](http://www.surveillance-and-society.org/articles5(3)/brazil.pdf)>. Acessado em 23 jul 2010.

LEMONS, A. Mídia locativa e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, F., KANASHIRO, M. e FIRMINO, R. *Vigilância e visibilidade - Espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

ROSELLO, M. *Culture de L'insecurité*. Disponível em: <http://www.cerium.ca/Insecuritelinguistique-> et. Montréal, Université de Montréal 2008.

TREVISAN, E.; FIRMINO, R. J. e MOURA JUNIOR, A. de. Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. In: FIRMINO, R. J.; BRUNO, F. e KANASHIRO, M. (Orgs.). *Vigilância, segurança e controle social na América Latina*. Curitiba, 2009. p. 134-152.

VAZ, P.; CARVALHO, C. S. e POMBO, M. F. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário do crime. *Revista Famecos*, v. 30, p. 71-80, 2006.

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da enquête realizada entre os meses de março e julho de 2010 pelo Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC/PPGCCC/Facom-UFBA) sobre a implantação de câmeras de vigilância no *campus* de Ondina da Universidade Federal da Bahia. Recém implantadas no ambiente universitário, as câmeras de vigilância fazem parte de um grande arsenal de tecnologias de comunicação e de visibilidade utilizado para aumentar as formas de vigilância, controle e monitoramento nas sociedades contemporâneas. Este artigo problematiza essa questão através do conceito de “sujeito inseguro” e mostra como a implementação das câmeras de vigilância no *campus* Universitário da UFBA se deu em um contexto de determinismo tecnológico, de incompreensão sobre os aspectos relativos à privacidade e ao anonimato e de insegurança generalizada.

Palavras-chave

Câmeras; UFBA; Vigilância.

Abstract

This article introduces the results of a survey conducted between March and July 2010 by the Cybercity Research Group (Grupo de Pesquisa em Cibercidades – GPC / PPGCCC / Facom - UFBA) on the establishment of surveillance cameras at Ondina campus of Federal University of Bahia (Universidade Federal da Bahia, UFBA), Brazil. Lately established in the university environment, the surveillance cameras are part of a large arsenal of communication and visibility technologies used to increase the surveillance forms, control and monitoring in contemporary societies. This article put in doubt this issue through the concept of “insecure subject” and shows how the establishment of surveillance cameras at Ondina campus of UFBA took place in a context of technological determinism, lack of understanding on issues pertinent to privacy and anonymity and widespread insecurity.

Keywords

Cameras; Surveillance; Communication; Cyberculture.